



**CÂMARA MUNICIPAL DE UBA**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício n.º: CLJF/16/85, em 08 de abril de 1.985

Assunto : Parecer.

Serviço : CLJF.

APROVADO POR: maioria, em 1ª e 2ª  
votações, com dez votos a favor,  
dois contras e uma abstenção do Edil  
Gualberto de Mello.

Em 08 / 04 / 85

Presidente da Câmara

Exmo. Sr.

Dr. Norton Antônio Fagundes Reis

DD. Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente:

REF.: Projeto de Lei nº 08/85 - Dá denominação a lo  
gradouro público (Rua Miguel Rinaldi).

Os Vereadores abaixo assinados, membros da Comissão de Legislação, Jus-  
tiça e Finanças, após examinarem o referido projeto de Lei, de autoria do nobre Edil  
José Gualberto de Mello Júnior, emitem o seguinte parecer, considerando que:

a) o Vereador Gualberto de Mello, junta ao Projeto de Lei a certidão do  
Cadastro Técnico Municipal, datado de 06.12.84; onde informa que a Rua Dez, atual Rua I  
tamonte, no Bairro Patronato (Vila Casal), código de logradouro 4040, não tem denominação  
oficial instituída em Lei;

b) O Projeto se enquadra dentro do estabelecido pela Lei Complementar  
nº 03, de 28.12.72, em seu artigo 22, que diz:

"Art. 22 : Os logradouros públicos e estabelecimentos municipais não po-  
derão ser designados com nomes de pessoas vivas e nem terão mais de três palavras, ex-  
cetuada as partículas gramaticais";

c) No dia de hoje, o Presidente da CLJF, Dr. Miguel Gasparoni, conside-  
rando o parentesco existente entre o autor do Projeto e o homenageado, consultou via te-  
lefone:

1º - o IMAM, através da Dra. Mônica, e esta nos informou não haver impe-  
dimento legal para que Vereador apresente projeto neste sentido;

2º - o IBAM, através do Dr. Antunes, que disse ser esta iniciativa uma  
prerrogativa do Vereador e que este não está impedido de apresentá-la; entretanto a Lei  
Orgânica do Estado de Minas Gerais o impede de votar no projeto;

d) o artigo 96 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá, diz o  
seguinte:

2º Art. 96 - Nenhum vereador poderá votar em negócio de seu particular in-  
teresse, ou de seus ascendentes, descendentes e colaterais, por consanguinidade ou afini-  
dade até o 3º grau bem como escusar-se de votar nos demais casos, salvo declarando-se mo-



**CÂMARA MUNICIPAL DE UBA**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício n.º:

Assunto :

Serviço :

tivamente suspeito";

Assim sendo, senhor Presidente, não existindo impedimento legal para que o mesmo possa ser apreciado e sendo a favor de sua aprovação, temos a propor ao nobre Edil autor do projeto o seguinte; por questão de ética e de bom tom:

1º - que retire o referido Projeto de Lei e solicite a uma comissão a sua nova apresentação, para que possa votar no mesmo.

OU

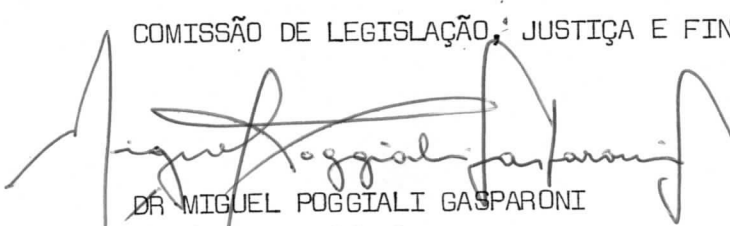
2º - Que declare a sua abstenção de voto e a Secretaria providencie este registro em ata, procedendo-se a votação normal.

A decisão final, após o pronunciamento do autor do projeto, deverá ficar à critério desta Egrégia Câmara Municipal.

Limitados ao exposto, somos

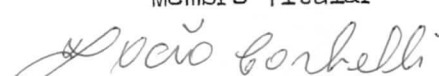
Atenciosamente,

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E FINANÇAS

  
DR MIGUEL POGGIALI GASPARONI  
Presidente

  
JOSÉ JANUÁRIO CARNEIRO NETO

Membro Titular

  
JOÃO CORBELLI  
Subte